

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.277.319 - RS (2018/0084754-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : IPIRANGA ENGENHARIA LTDA  
**ADVOGADOS** : FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES - PR020738  
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - PR022076  
THOMAS STEPPE E OUTRO(S) - RS036601  
**AGRAVADO** : ELOI TERESINHA DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : FERNANDA ALMINHANA DALLAROSA - RS055798  
HENRIQUE KLASSMANN WENDLAND - RS0085486  
**INTERES.** : DOBIL ENGENHARIA LTDA

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. MERA PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. SUBSISTÊNCIA DE FUNDAMENTO INATACADO, APTO A MANTER A CONCLUSÃO DO ARESTO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. ANALOGIA. ÓBICE IGUALMENTE INCIDENTE AO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL ALEGADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por IPIRANGA ENGENHARIA LTDA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que negou seguimento ao recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. MARCO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. RECURSO DA AUTORA.*

*Preliminar. Não conhecimento do recurso. Preclusão. Descabimento.*

*Mérito. Os juros de mora independem de pedido da parte e se consideram incluídos na condenação (art. 293 do Código de Processo Civil de 1973). É devida, portanto, a incidência dos juros de mora, ainda que omissa a sentença da fase de*

*conhecimento. Precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Inocorrência de violação à coisa julgada material.*

*Marco inicial. Os juros de mora, em se cuidando de responsabilidade civil extracontratual, incidem a contar do evento danoso. Súmula n. 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Reforma da decisão agravada no tópico.*

**PRELIMINAR REJEITADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.**" (e-STJ fl. 109).

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 128).

Em sede de recurso especial, a empresa recorrente alega, preliminarmente, violação ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil/2015, aduzindo que o Tribunal *a quo* acolheu pedido da recorrida no sentido de determinar a incidência de correção monetária e juros desde a ocorrência do fato danoso, contudo não houve apreciação da tese de defesa concernente à ocorrência de preclusão consumativa e violação à coisa julgada, tendo sido opostos embargos de declaração que foram rejeitados.

Na sequência, aduz malferimento dos artigos 337, VII, § 4.º; 507; 508; e 509, § 4.º, do Código de Processo Civil/2015, pois "a sentença foi clara em estabelecer que, em liquidação, fosse realizada a avaliação de modo a repor o estado integral do imóvel da recorrida, objeto do litígio" (e-STJ fl. 162), assim, ao permitir a incidência de juros moratórios desde o evento danoso, pretéritos à avaliação pericial realizada em 2015, houve ofensa à preclusão consumativa e afronta à coisa julgada e à segurança jurídica.

Ainda, tece considerações acerca da ocorrência de *bis in idem*, porquanto o entendimento da Corte local quanto à "incidência de juros desde a data do evento danoso é o mesmo que aplicar duas vezes a atualização monetária, afinal, o valor já está atualizado para reparação em setembro de 2015, devendo incidir apenas a partir daí os juros e correção monetária" (e-STJ fl. 167).

Por fim, aponta dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões ao recurso especial às e-STJ fls. 221/232.

Nas razões do agravo em recurso especial, a agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre (e-STJ

fls. 287/302 ).

É o relatório.

Passo a decidir.

A empresa recorrente alegou, em sede preliminar, violação ao artigo 1.022 do CPC/2015, ao fundamento essencial de que não houve apreciação da tese de defesa concernente à ocorrência de preclusão consumativa e violação à coisa julgada, tendo sido opostos embargos de declaração que foram rejeitados.

Não obstante o esforço argumentativo da parte, os referidos temas foram devidamente analisados pela Corte local consoante faz crer o seguinte fragmento extraído do aresto integrativo:

*"Embora apontando a existência de omissão do julgado, com o evidente propósito de justificar o cabimento dos embargos de declaração, pretende a embargante, em verdade, rediscutir as conclusões do acórdão, de modo a obter o reexame da questão, o que não enseja embargos de declaração, embora possa, conforme o caso, viabilizar a interposição de recurso aos tribunais superiores.*

*De qualquer sorte, saliento que o acórdão embargado resolveu a questão à luz do art. 293 do CPC/1973, incidente na espécie, o qual dispõe que os juros de mora não dependem de pedido da parte e se consideram incluídos na condenação.*

*Desse modo, descabida a alegação de preclusão e coisa julgada, não se verificando qualquer ofensa aos arts. 337, inc. VII, §4º, 507, 508 e 509, §4º, do Código de Processo Civil, e art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição da República." (e-STJ fls. 129/130).*

Assim, mediante análise do excerto supra, observo que o Tribunal de origem enfrentou e decidiu, de modo integral e com fundamentação suficiente, a questão posta, uma vez que a questão foi resolvida à luz d artigo 293 do CPC/1973, sendo certo que os juros de mora não dependem de pedido da parte e se consideram incluídos na condenação, não havendo que se falar em preclusão e ofensa à coisa julgada.

Nessa ordem de ideias, não se pode confundir julgamento desfavorável aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Dessa forma, o inconformismo recursal revela mera pretensão de rejugamento da causa, tão-somente, porque a solução jurídica adotada pela Corte local foi contrária ao interesse da parte.

Destarte, não há se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse contexto, a recorrente indicou malferimento dos artigos 337, VII, § 4.º; 507; 508; e 509, § 4.º, do CPC/2015, ao sustento de que a incidência de juros moratórios desde o evento danoso, pretéritos à avaliação pericial realizada em 2015, importa em afronta à preclusão consumativa e afronta à coisa julgada e à segurança jurídica.

A pretensão recursal, no ponto, esbarra em óbice intransponível. Com efeito, a argumentação recursal não impugnou o fundamento no sentido de que "o acórdão embargado resolveu a questão à luz do art. 293 do CPC/1973, incidente na espécie, o qual dispõe que os juros de mora não dependem de pedido da parte e se consideram incluídos na condenação".

A teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Portanto, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe óbice à pretensão recursal ancorada na alínea "a" do permissivo constitucional.

Tento em vista que o dissídio jurisprudencial busca fazer prevalecer as teses de preclusão consumativa e de não incidência dos juros moratórios, o óbice sumular n.º 283/STF igualmente incide no ponto.

**Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do Regimento Interno deste STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Deixo de majorar os honorários advocatícios, a teor do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, haja vista que não houve prévia fixação na origem.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**